

Promessa e Esquecimento - a Formação da Memória no Pensamento de Nietzsche

RESUMO

Refletir sobre a formação da memória no pensamento de Nietzsche demanda, em primeiro lugar, um exame acerca da relação entre a promessa e o esquecimento, demonstrando a conflituosa ligação entre a memória e a consciência, e o exame de como surge e se fundamenta a moral do ressentimento. Em segundo, uma investigação do relacionamento entre a promessa e a responsabilidade e suas implicações na concepção de memória de Nietzsche. Por fim, uma conclusão, ressaltando a importância das contribuições do filósofo alemão para o estudo da formação da memória.

Palavras-chave: Esquecimento; Memória; Nietzsche; Ressentimento.

ABSTRACT

To analyse the formation of the memory according to Nietzsche's thought requires at first, an examination on the relation between the promise and the forgetfulness. Consequently, it shows the conflict in the relation of both, memory and conscience and how the moral of resentment appears and fundamentals itself. Second, the relation between the promise and the responsibility is discussed along with its implication according to Nietzsche's memory conception. Finally, the contributions made by Nietzsche for the study of the memory formation are highlighted.

Key words: Forgetfulness; Memory; Nietzsche; Resentment.

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Promessa, Esquecimento e Ressentimento

O problema da relação entre promessa e esquecimento é analisado por Nietzsche, sobretudo, na *Segunda Dissertação da Genealogia da Moral*, nela, o filósofo alemão sustenta que a capacidade do homem fazer promessas é uma tarefa contraditória postulada pela natureza e o esquecimento encontra-se avesso a tal capacidade. A relação entre promessa e esquecimento traz em seu cerne a constituição da memória. O ponto de partida para o exame dessa questão é a ação que se reflete no ato de prometer, já que a promessa passa pelo crivo da lembrança, ela extrai do homem a capacidade de esquecer e instala os primeiros traços do pensamento causal, porque discerne o eventual do imprescindível, solidificando, assim, o relacionamento entre a decisão da vontade e sua manifestação por meio da ação. Como consequência, surge a necessidade de impedir a ação da força voraz do esquecimento. Para Nietzsche, o esquecimento caracteriza-se por ser uma ação afirmativa, segundo ele,

[...] esquecer não é uma simples força inercial, como crêem os superficiais, mas uma força inibidora ativa, positiva no mais rigoroso sentido, graças à qual o que é por nós experimentado, vivenciado, em nós acolhido não penetra mais em nossa consciência. (NIETZSCHE, 2002a, II. p.47).

Com efeito, quando nossa consciência opera dessa maneira, ela possibilita uma abertura ao novo, ao desconhecido e ao indeterminado. O esquecimento é útil, à medida que funciona como preservador do nosso ordenamento físico, e mantém a placidez primordial para o progresso do homem. Logo, sem o esquecimento não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho. (NIETZSCHE, 2002a, p. 47 e 48).

Mas, segundo Nietzsche, o homem que não consegue esquecer tem o instrumento inibidor degenerado. A alusão à idéia de esquecimento, na perspectiva nietzschiana, possui relevância, acima de tudo, devido a sua atuação na representação das condições das forças. Por isso, o esquecimento tem um caráter positivo, ao impossibilitar o estabelecimento contínuo das experiências diárias.

Ao constatarmos que o ato de absorver as experiências cotidianas vividas insere obstáculos que causam uma interrupção na possibilidade de o homem lançar-se ao novo e ao desconhecido, podemos afirmar que o esquecimento encontra-se inerente à habilidade da criação e da asserção. Assim, o pressuposto da existência de uma linhagem nos órgãos humanos tem, na capacidade de esquecer, uma ferramenta essencial, pois, em tal linhagem, ele funciona como protetor tornando o ato de gerenciar hegemônico perante a capacidade de assimilação. Desse modo, a consciência teria o caráter ativo, ao passo que permite ser explicada pelo viés da receptividade e se concede a ela as ações ligadas ao instinto. Diga-se de passagem, Nietzsche acredita que o pensamento consciente está fundamentado nos instintos. Nosso próximo movimento implica em compreender por que, para Nietzsche, o esquecimento é um traço da moral nobre, enquanto o ressentimento está intimamente ligado à moral dos escravos. Para tanto, devemos, antes de tudo, trazer à baila a noção nietzschiana de moral nobre e moral escrava. Na concepção do autor de *Além do Bem e do Mal*, a moral nobre analisa as questões morais enfatizando o sentimento de completude e afirmando seu vigor. Essa moral, leva em conta apenas a si mesma como referência, assim, não precisa do reconhecimento alheio e exime-se de qualquer tipo de tentativa que procure nivelá-la aos demais. Nesse sentido, o homem de moral nobre direciona a atenção para seus impulsos reguladores inconscientes, quando trata de sua realização, visto que são eles que determinam sua plenitude. Devido a isso, o ressentimento não contamina tal moral, porque nela o esquecimento desempenha sua função de maneira completa, principalmente, ao interromper a permanência na consciência das experiências cotidianas, o funcionamento pleno do esquecimento propicia ao homem de moral nobre delimitar a ação por intermédio do domínio sobre ela.

À revelia, o homem do ressentimento examina primeiro as ações e depois julga os indivíduos pela consequência delas. Assim, para esse homem, de moral escrava, o critério utilizado para avaliar é irrelevante, ao passo que sua avaliação é sustentada amiúde pelas opiniões de outrem. Na moral do escravo, a capacidade de esquecer não foi desenvolvida,

conseqüentemente este adquiriu uma larga memória. Segundo Nietzsche, a incapacidade do escravo exercer sua faculdade de esquecimento influencia a forma como ele compreende o homem de moral nobre, passando a concebê-lo como seu adversário e relacionando-o com o mau. Portanto, se o esquecimento é o vigilante psíquico, quando ele não desempenha sua função devidamente, surge uma condição de debilidade, ou seja, de doença, a doença do ressentimento.

Como o ressentimento no escravo está inculcado e isso explica o significado de sua doença, cabe frisar que a patologia do escravo se caracteriza na sua incapacidade de vingar-se moralmente, na instauração da raiva e na negação como desencadeamento de sua avaliação. Também é peculiar ao escravo o fato de ele não criar valores, já que não costuma requerer algo, mas sim distorcer os valores nobres. Tal postura manifesta algumas anormalidades no relacionamento das forças do escravo, bem como se distingue da condição da própria vontade de potência, visto que esta se relaciona com os instintos da vida e não com a moral escrava, porque tal moral não estabelece uma luta com a afirmação e com a manifestação das forças e das vontades, acaba por negar expressões singulares que caracterizam a vida em si. Ademais, a medida que a moral nobre afirma as diferenças e os instintos, a escrava, além de negar a diferença, transforma a negação em um ato de criação. Essa anormalidade, na moral do escravo, é resultado do não desempenho correto de sua incumbência, a saber, do ato de esquecer e do alargamento veemente da memória.

O homem ressentido também não possui a iniciativa de reação, pois o ato de reagir imputa em ação. Entretanto, ele não possui capacidade de perpetrar uma ação, porque se encontra em estado débil e, assim, não reage. A princípio, pode parecer paradoxal

[...] afirmar que a ação do escravo é a reação e, posteriormente, que ele não reage, isto é, que não apresenta nem mesmo reação. Todavia, a topologia das forças permite compreender que o escravo, no pensamento de Nietzsche, se define pela anomalia na função das forças e que, por isso, a reação é determinante sobre a ação. (AZEVEDO, 2003, p. 101).

Esse fato implica na extirpação da capacidade de reagir, por meio da impossibilidade de agir conforme as forças de reação. Assim, no âmbito do ressentimento, as forças mudam de direção por um desvio de atribuições e isso reverbera na modificação de suas funções.

Devemos considerar que a consciência poderia absorver as experiências vividas no cotidiano, porém não caberia a ela assimilá-las de maneira definitiva. Entretanto, quando a memória difunde-se na consciência, é isso o que acontece, recordar algo, portanto, torna-se uma profunda ferida exposta. Nesse caso, acontece uma inversão das funções da consciência e da memória. Podemos supor, com base nessa relação de inversão ambígua entre a memória e a consciência, que Nietzsche admite duas possibilidades no instrumento de reação: por um lado, o inconsciente, que fixa tudo que adquire e a incumbência de sua força reativa, no que concerne ao inconsciente, é fixar os aspectos nessa possibilidade. Por outro, a consciência, desempenha o papel da força reativa que se manifesta na reação às experiências vividas. Desse modo, os aspectos são fixados no inconsciente e a consciência mantém-se assimiladora das vivências cotidianas. Além do mais, não seria possível entender a memória desses aspectos e a receptividade das experiências se não levássemos em consideração o discernimento entre elas.

Cumprir notar que a presença do esquecimento como capacidade oriunda das forças de ação, diante desse contexto, impossibilita a memória de adentrar na consciência. Devido a isso, o estabelecimento das experiências presentes no inconsciente torna-se indiferentes. Em relação ao caráter ativo, a habilidade para o esquecimento representa sua função, ao obstruir a invasão da memória na consciência. A capacidade de esquecer opera nas possibilidades que organizam o nosso aparelho de reação, ou seja, no inconsciente e na consciência. Seu encargo é fazer com que a consciência adquira um novo vigor, interrompendo a ação da memória perante a consciência e apurando sua sensibilidade.

A condição que conserva a faculdade do esquecimento tem como primeira demanda a força de renovação da consciência. Quando essa possibilidade se realiza, as forças que compõem o ressentimento não vigoram por causa da alteração das funções. Em outras palavras,

são as mesmas forças reativas que se embargam entre si, tornando suas ações inviáveis. Por conseguinte, na segunda, as forças de reação deixam de depositar energia na habilidade do esquecimento, impedindo, assim, sua capacidade empreendedora de agir. Destarte, ao permanecer a ausência de energia na faculdade do esquecimento, não haverá um motor que desencadeie a renovação da consciência, fazendo com que a memória a penetre.

De acordo com o autor de *Humano, Demasiado Humano*, quando a consciência é penetrada pela memória, no caso de o homem ressentido, a capacidade de reagir não é posta em ação, por isso passa a ser sentida. Com efeito, deixa de operar a reação e passa apenas a sentir de modo extremamente ressentido. Devido ao fato de não conseguir mais processar sua reação, o ressentido acaba por indignar-se com os outros e as coisas ao seu redor e isso impulsiona nele um desejo de vingança. Tal desejo advém da impossibilidade de ação e de reação frente às experiências vivenciadas, fazendo com que ele compreenda o mundo como a causa do seu estado. Assim, qualquer experiência cotidiana passa a atingi-lo e, como conseqüência, ele se confronta com a natureza e com o indivíduo de moral nobre, lançando sobre este sua ira.

A impossibilidade do homem com ressentimento de agir produz nele um desejo de reação por meio dos outros, desse modo

[...] no momento em que isso não acontece, procura alguém para culpar por não ter conseguido o que desejava, principalmente, pela sua dor e sofrimento. A frustração conseqüente, porém, lhe desagrada e, por conseguinte, ele projeta a infelicidade como responsabilidade de outrem, como pano de fundo, a necessidade de se sentir bem. (AZEVEDO, 2003, p. 104).

Portanto, pode-se conceber o ressentimento como um sintoma que caracteriza a moralidade escrava, a saber, a negação. Visto que, impedido de instaurar uma reação e sem possuir a ousadia da criação, resta-lhe responsabilizar os outros pelos seus fracassos, negando, assim, sua própria capacidade de agir. Isso implica em uma investigação da noção de responsabilidade no pensamento nietzschiano.

Promessa, Responsabilidade e Memória

Na perspectiva de Nietzsche, a responsabilidade está ligada à relação entre promessa e futuro, assim como a construção de um homem digno de credibilidade para os outros. Só um homem dotado de tal credibilidade pode fazer promessas, pois, ele pode responder por elas no futuro. Na concepção nietzschiana, essa relação explica a remota história que originou a idéia de responsabilidade. Engendrar um animal, com capacidade de prometer, implica na fabricação de um homem reto e possuidor de credibilidade. Em face disso, a capacidade de responder por uma promessa, encontra-se inerente ao que Nietzsche denominou de moralidade do costume, porque essa moralidade teve a função de justificar o processo que gerou a noção de responsabilidade. Conforme o autor de *Além do Bem e do Mau*

[...] com a ajuda da moralidade do costume e da camisa-de-força social, o homem foi realmente tornado confiável” a conseqüência tardia de moralidade possibilitou o surgimento de um “indivíduo soberano, igual apenas a si mesmo, novamente liberado da moralidade do costume, indivíduo autônomo supramoral (pois “autônomo” e “moral” se excluem), em suma, o homem da vontade própria, duradoura e independente, o que pode fazer promessas e nele encontramos, vibrante em cada músculo, uma orgulhosa consciência” uma “verdadeira consciência de poder e liberdade, um sentimento de realização. (NIETZSCHE, 2002a, p. 49).

A tal homem livre é dada a possibilidade de fazer promessas, para Nietzsche o fato desse homem poder prometer e responder por si o torna nitidamente superior aos demais. Ele é capaz de se sobressair às situações adversas e a natureza. O homem hábil a prometer é dono de uma vontade vigorosa e perene, ai se encontra o seu critério de valor. Assim, ao se defrontar com os demais homens, partindo de sua peculiar forma de compreensão, ele pode considerá-los dignos ou desprezá-los, bem como respeitar os seus semelhantes, isto é, os homens fortes e dignos de credibilidade. Aos olhos de Nietzsche,

[...] todo aquele que promete como um soberano, de modo raro, com peso e lentidão, e que é avaro com sua confiança, que distingue quando confia, que da sua palavra como algo seguro, porque sabe que é forte o bastante para mantê-la contra o que for adverso este pode prometer. (Idem, p. 49).

Enfim, tal homem pode prometer, porque ele sabe a admirável vantagem de corresponder às implicações da promessa e tem consciência dessa liberdade incomum, desse instinto profundo e dominador que ele intitula de sua consciência.

Segundo o autor, enquanto o desenvolvimento que orienta a consciência é consolidado por meio do esquecimento, a memória insere-se como uma oposição a essa orientação da consciência. Nietzsche ao examinar o que concebe como moralidade do costume, declara que existe uma diferença entre o costume e o sentimento do costume. Este trata do agir e avaliar conforme a tradição, já aquele diz respeito à subordinação por costumes estabelecidos, isto é, encontra-se intimamente ligado à absorção dos costumes, enfim, a moralidade. Desse modo, converter o homem a ser digno de confiança requer a sua subordinação a um costume preestabelecido, visto que, por intermédio dele, produz-se a recordação, não de algo prometido, mas sim da exigência de cumprir no porvir o que foi prometido. Nietzsche compreende a moralidade do costume como pré-requisito dado ao homem para que ele se submeta às leis, e ela opera por meio da tradição. Esta é entendida, no pensamento nietzschiano, como órgão superior capaz de dar ordens. Por esse viés, os homens possuíam desde a sua formação humana mais primeva, efetivada pela cultura, um condicionamento social que impôs a eles a subordinação às leis. Na visão de Nietzsche, a dinâmica cultural que engendrou essa formação do homem se configura na moralidade dos costumes, que tem como papel essencial impor as leis a serem obedecidas. Ademais, para o filósofo alemão, a ética é tão somente a submissão aos costumes, porém Nietzsche salienta que a possibilidade de se rebelar contra os costumes, é real, no entanto, tal ato é visto como algo imoral.

Convém frisar que os costumes, ao serem instituídos para uma comunidade, visam a serem aceitos e obedecidos. Com efeito, todos os seus aspectos achavam-se sujeitos à moralidade.

Isso fez com que os indivíduos orientassem suas ações pela primazia dos costumes instaurados, o que anulava o horizonte da individualidade pela fidelidade que o homem passou a depositar na tradição. Esse fato se consolida, porque a tradição é postulada como mantenedora de um poder hegemônico que se impõe e se desenvolve baseado no respeito e no medo. De acordo com Nietzsche, cabe ao homem que consegue superar essa condição não se subordinar às leis impostas via costumes, transformar-se em um produtor de novos costumes. Contudo, esse exercício representa algo pernicioso, pois gera um conflito entre a autoridade da tradição e o caráter de imoralidade que ganha quem o confronta. O poder da autoridade não leva em conta a existência de uma individualidade porque amiúde se direciona para um corpo social.

A procedência da responsabilidade e o advento básico da moralidade são fundados, segundo os preceitos nietzschianos, na moralidade do costume. A consequência mais marcante dessa fundação, que se manifesta principalmente na aplicação determinada da subordinação, é a limitação dos afetos. É a determinação de que a lei niveladora da igualdade humana se cumpra e torne o homem digno de confiança. Logo, a função primordial desempenhada pela moralidade do costume e pela tradição é inserir, na compreensão do indivíduo, a idéia de coletividade e reprimir seus instintos. Além disso, para Nietzsche, é o aspecto delimitador da cultura que se insubordina à moral no que se refere à atitudes de violência contra o homem.

Para que a noção de responsabilidade fosse fixada, foi necessário interromper a demonstração dos afetos como pressupostos das ações do homem. O surgimento dela eclode como uma espécie de autoridade do homem sobre si, acima de tudo, como instrumento controlador dos afetos. É devido a isso que Nietzsche declara que a tomada de consciência de responder por uma promessa transformou-se em instinto, sendo que a sua indicação categórica estaria no homem por meio da consciência. Para Nietzsche, a consciência “[...] tem uma longa história e variedade de formas de si.” (Idem, p. 50). O desdobramento desse processo de formação da consciência foi caracterizado por atos de violência e crueldade.

Nota-se que, sobretudo, na *Segunda Dissertação da Genealogia da Moral*, Nietzsche perscruta os mais variados artifícios que foram

produzidos com o objetivo de que o esquecimento fornecesse abertura para a instauração de uma memória, a análise nietzschiana demonstra que o alvo final desses artifícios era que o homem pudesse ser responsável por si no tempo futuro. Para o filósofo alemão,

[...] fazer no animal homem uma memória, cuja ação estava determinada exclusivamente pelos afetos, requereu o auxílio de meios dolorosos. Visualizou-se na dor um recurso de fixação do que e do que não deve ser querido. (AZEVEDO, 2003, p. 124).

Ou, como afirma o próprio Nietzsche, grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessar de causar dor fica na memória. (NIETZSCHE, 2002a, p.50).

Essa psicologia que utiliza a dor como instrumento, para fundamentar a memória, segundo o autor de *Assim falou Zaratustra*, é a mais obsoleta da história da humanidade e tem uma duração permanente. Porém, o uso da dor, de maneira impositiva, contradiz a memória, pois à medida que o esquecimento impossibilita a instauração da ordem, mais é necessário incluir o uso da dor como instrumento de memorização. Nesse caso, Nietzsche defende que o homem passou a fazer promessas, a obedecer a leis morais postuladas pela tradição e a controlar seus instintos, porque passou a visar os supostos benefícios que a sociedade lhe daria, por conseguinte, a partir dessa memória, o homem deu-se por vencido e entregou-se “[...] à razão e à seriedade”.

Os movimentos da cultura, de maneira geral, confrontam as forças de reação tentando adaptá-las à ação, metamorfoseando o homem em um ser responsável por suas forças de reação. O alvo primordial da cultura, em geral, é atentar uma ação sobre a consciência por intermédio da inserção de uma memória, o que permitiria uma abertura para pôr em ação as forças reativas, tornando o homem hábil a fazer promessas. Cumpre dizer que, nesse contexto, até mesmo, o homem liberto da moralidade dos costumes é identificado como fruto dessa ação da cultura. Ao constatar isso, cabe a tal homem romper com a repressão social e com a tradição, transformando-se, assim, em um criador de valores. Devemos ressaltar que, mesmo a cultura perpetrando uma ação no indivíduo, ela lhe propicia possibilidades para que ele promova uma ruptura frente essa ação.

Com efeito, sucede uma interrupção do acionamento da cultura sobre o indivíduo, fazendo com que ele se torne responsável por acionar suas forças de reação, passando a não considerá-las devido à moralidade. Com isso, entretanto, elas não são eliminadas, mas intensificadas devido à oposição feita pela história. Na perspectiva de Nietzsche, a transição da pré-história para a pós-história demandava no domínio das forças de ação sobre as de reação, principalmente, no estímulo à ação das forças reativas. Isso implica em uma contradição, a saber, no predomínio das forças reativas sobre as ativas, a vitória da reação, como conseqüência, o triunfo do tipo de moral escrava. Portanto, segundo a concepção nietzschiana, esse elemento reflete o caráter tirânico da lei em vigor, no que concerne à constituição e à representação de um modelo de organização estabelecido, tornando o homem um ser adestrado e ressentido.

Conclusão

É notável a importância e a influência da reflexão filosófica de Nietzsche para o pensamento universal. Suas investigações apontaram para vários temas, sendo que a ética ou filosofia moral e suas demasiadas implicações se manifestam como a grande preocupação do filósofo. A inquietação nietzschiana, acerca dos problemas referentes a esse tema, advém da juventude do autor de *Humano, Demasiado Humano*, quando a questão da origem do mal passou a produzir nele uma forte inquietude. A análise de Nietzsche sobre a moral e sua crítica mordaz aos valores morais, funda-se, sobretudo, em três questões: em que se baseiam os valores morais, de que maneira eles são estabelecidos e quais os seus fundamentos. Para examinar tais questões, Nietzsche parte das noções de bem e mal, para tanto, o filósofo alemão, vasculha como algumas civilizações antigas concebiam essas idéias e de que modo os indivíduos se comportavam.

Esse exame nietzschiano comprova a existência de dois tipos de procedência, ou melhor, dois modos essenciais de moral: a moral dos nobres e a moral dos escravos. A distinção dessas morais está, principalmente, no fato de que a primeira compreende a concepção de “bom” partindo de si mesma e, em seguida engendra a idéia de “ruim”. Tal moral avalia os

valores, a partir do sentimento de plenitude e pela afirmação de sua força, segundo Nietzsche, o indivíduo de moral nobre não espera o reconhecimento ou a concordância alheia para suas atitudes, ele é quem cria seus próprios valores. Enquanto isso, o homem de moral escrava, que tem como característica mais marcante o ressentimento, primeiro produz a sua concepção de “mau”, sendo que o mau, para o escravo, é o indivíduo mais forte que ele, isto é, aquele dotado de moral nobre e possuidor de coragem e ação. Após essa compreensão de “mau”, o ressentido atinge sua noção de “bom” passando a reivindicá-la para si próprio.

Assim, se o homem de moral nobre expressa os valores, acima de tudo aos homens, e só depois os considera por meio dos atos, o homem de moralidade escrava costuma avaliar primeiro as ações e, como conseqüência, conjectura os homens. Nietzsche declara que, ao longo da história das civilizações e com as transformações culturais houve uma inversão dos valores de bem e mal. Porém, a intenção de Nietzsche não é indagar se a moral nobre é superior à moral escrava, mas encontrar um critério de exame que não seja possível de ser examinado. Para isso, ele defende que só existe um critério capaz de postular-se a si próprio, a vida. Por conseguinte, fazer uma avaliação, a partir do viés da vida, é semelhante a questionarmos se ela acrescenta algo que vá beneficiá-la ou impedi-la. Além disso, convém notar que Nietzsche não propõe uma moral senhorial, mas uma ultrapassagem do homem no Além-do-homem.

Os posicionamentos morais apontados por Nietzsche foram ao encontro da nossa investigação, visto que ela tentou tratar do problema da formação da memória, no pensamento de Nietzsche, tendo como ponto de partida as noções de promessa e esquecimento. O nosso ponto de partida nos levou a nos defrontarmos com a moral nobre e a moral escrava e algumas questões ligadas a essas noções morais como o ressentimento e a responsabilidade. Orientamo-nos, sobretudo, pela *Segunda Dissertação da Genealogia da Moral*, a partir dela, notamos que somente os espíritos livres são dignos de fazer promessas, pois são capazes de responder por si mesmos diante de adversidades futuras. Tal constatação nos fez perceber que a idéia de responsabilidade é

uma conseqüência da tentativa de se construir um homem digno de confiança, possuidor de uma vontade autônoma. Também percebemos que o esquecimento é uma força positiva que impede o acúmulo de experiências vivenciadas no cotidiano se instaurarem na memória. Porém, concomitantemente, notamos que a história da humanidade é caracterizada por práticas e instrumentos utilizados com a finalidade de impedir o trabalho do esquecimento e promover um alargamento da memória. Essa difícil relação produz uma situação conflitante entre memória e esquecimento. Pois, embora o esquecimento seja uma força ativa, ele pode ser impedido de operar devido aos vários instrumentos usados de modo astuto para o alargamento da memória. Entre tais instrumentos, podemos destacar as tentativas de registrar profundamente as dores morais e o sentimento de culpa.

Conclui-se que, mesmo o esquecimento tendo uma tarefa árdua, é preciso descobrir novas possibilidades para que ele enfrente a insistência da memória. Mesmo Nietzsche demonstrando a escolha da humanidade pelo tipo escravo, marcado pela inação, pelo ressentimento e pelo sentimento de culpa, aspectos que ressaltam o horizonte da memória, devemos lançar nossa perspectiva para a alegria, a esperança, a afirmação e a celebração da vida. Devido a isso, o esquecimento deve ser perseguido, pois tem muito a contribuir nesse sentido, além do mais, é fundamental que se leia Nietzsche para que se compreenda melhor o esquecimento e quem sabe, assim, dar-lhes novas possibilidades.

Referências Bibliográficas

- ANDLER, Charles. *Nietzsche, as vie et as pensée*. Paris: Gallimard, 1958, v. 3.
- AZEVEDO, Vânia Dutra. *Nietzsche e a dissolução da moral*. São Paulo: Unijui, 2003.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche et La philosophie*. Paris: Presses Universitaires, 1973.
- GIACÓIA, Oswaldo. *Nietzsche & para Além de bem e mal*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002.
- GIACÓIA, Oswaldo. *Nietzsche*. São Paulo: Publifolha, 2008.

KAUFMANN, Walter. *Nietzsche, philosopher, psychologist, antichrist*. 10. ed. New York: The Word Publishing Co., 1965.

MARTON, Scarlett. *Nietzsche - a transvaloração dos valores*. São Paulo: Moderna, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – uma polêmica*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.